

JORNAL DO BRASIL

Basta não desperdiçar

LUIZ SANDE *

Esta nação, mergulhada em galopante inflação, administrativamente desorganizada, desestruturada, super-burocratizada, gravemente corrompida, e economicamente ineficaz e perdulária, tem solução. Pois basta uma substancial redução, quando não uma total eliminação, dos volumosos desperdícios que atualmente ocorrem em nossa economia, para se alcançar uma notável recuperação. Ou seja, uma concentração de esforços direcionada para um corte drástico nos gastos e consumo dos setores público e privado, que não resultem em qualquer benéfico retorno sócio-econômico.

A inflação, nos elevados níveis atuais, é a principal fonte geradora de desperdícios, já que desorganiza a administração pública e privada e o mercado de bens e serviços, provoca graves conflitos sócio-econômicos e obriga toda a sociedade a desviar esforços e recursos para sustentar uma luta inglória para preservar a sobrevivência frente ao caos formado pela instabilidade econômica. O formidável acréscimo das tarefas administrativas (somos hoje uma nação de agiotas, não por opção, mas por obrigação) nos setores público e privado; as onerosas estruturas organizacionais criadas para remediar as perversas distorções do mercado; os prejuízos econômicos decorrentes dos conflitos trabalhistas e sociais; e outros apreciáveis gastos que em grande parte desaparecerão quando a economia se tornar estável, tudo isso é estimado em um custo correspondente a 10% do PIB.

A eliminação de parcela elevadamente maior desses desperdícios será obtida com a estabilização da moeda, mesmo que anterior à queda da inflação a níveis suportáveis. E a estabilização monetária poderá ser efetivada quase que imediatamente com a criação de uma moeda forte, que coexista temporariamente com o cruzeiro real.

A estabilização monetária seria também um indutor do desenvolvimento econômico em elevados níveis. Como resultante desse desenvolvimento teremos fatalmente uma redução do nível de capacidade ociosa. Justo concluir que a utilização de uma elevada margem da capacidade ociosa também representa uma significativa supressão de desperdícios.

A economia se desenvolvendo a elevados índices, a ela serão integrados e reintegrados boa parcela dos atuais 15 milhões de desempregados ou subempregados. Sendo o salário médio anual dos brasileiros US\$ 2,5, e se supondo que os assalariados contribuem para a produção nacional com uma produção de valor mínimo igual à sua remuneração, temos aí, hoje, um desperdício nunca inferior a US\$ 37,5 bilhões, ou seja, mais do que 10% do PIB.

Mas não é só a estabilização econômica e monetária que contribuirá para a redução ou supressão das causas de desperdício econômico. Diretrizes, decisões e ações em outras áreas deverão ser mencionados.

Há algum tempo o deputado Benito Gama declarou que "só com o processo burocrático da cobrança do Imposto de Renda o Brasil gasta hoje cerca de 3% de seu PIB." A esse percentual deve ser acrescentado o que também é desperdiçado com a burocracia que envolve todo o complexo e promiscuo sistema fiscal esbaniador de gastos. A reforma fiscal, que tem

de ser realizada, deve dar prioridade à supressão dos desperdícios dos setores público e privado, simplificando todo o sistema e reduzindo radicalmente o número de tributos. Se competentemente reformado, o novo sistema tributário poderá eliminar desperdícios que podem ser estimados em cerca de 10% do PIB.

Por outro lado, calcula-se que a nossa onerosa burocracia é responsável por gastos que consomem cerca de 7% do PIB, enquanto em países no mesmo estágio do nosso, esse índice está entre 2 e 3%. Logo a racionalização de nossa burocracia poderá nos possibilitar o corte de desperdícios em valor correspondente a 4% do PIB.

Ainda mais: sabe-se que o desperdício anual da nossa produção rural equivale a US\$ 4 bilhões (mais do que 1% do PIB) e essa perda não pode deixar de ser substancialmente reduzida num país de 32 milhões de famintos. E nesse total não está incluída a parcela dos estoques de grãos que apodrecem nos armazéns, pois essa vergonha nacional será fatalmente descontinuada. Além do mais, não devemos subestimar os desperdícios econômicos gerados por certos serviços públicos altamente deficientes, dentre os quais se destacam o sistema rodoviário, ferroviário e portuário.

Talvez o mais sintomático indicador do elevado grau de baixa produtividade de nossa economia seja o acentuado nível de estatização. Tomando-se por base o índice de rentabilidade do patrimônio líquido das empresas públicas em 1991, verifica-se que na média esse índice está mais do que cinco pontos percentuais abaixo das empresas privadas. A privatização ampla e irrestrita vai eliminar, sem dúvida, essa grande soma de desperdícios.

Os pontos de desperdícios aqui relacionados (aos quais se deve incluir os gastos com segurança) nos levam a um índice superior a 40% do PIB. Certo que só a longo prazo, e com muita competência e tenacidade, chegaremos a extingui-los. Mas não é impossível atingir, em curto prazo, um sucesso que venha a representar algo em torno de 20% do PIB, ou seja, uma recuperação de US\$ 70 bilhões hoje jogados no lixo.

Essa poupança anual tão significativa, correspondente a uns dois terços de nossa dívida externa, não teria apenas essa muito importante repercussão econômico-financeira. Pois os resultados benéficos de algumas dessas ações, sob o ponto de vista social, seriam ainda mais espetaculares.

Por isso, muito válida é a sugestão de se substituir o lema "não gastar" que Tancredo Neves subscreveu ao discurso que escreveu, mas não leu, para a primeira reunião de seu ministério, por um "não desperdiçar", muito mais adequado às atuais circunstâncias.

* Ex-Presidente do BNDES